



Uma teoria acerca das ocupações de imóveis vazios

A theory about empty real estate squats

Julia Vilela Caminha¹

¹ Participante do núcleo “Habitação e Cidade”, vinculado ao Observatório das Metrôpoles e ao IPUUR/UFRJ. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da UFRJ. Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFF. Especialista em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro, pela UERJ, e em Política e Planejamento Urbano pelo IPPUR/UFRJ. juliajvc@gmail.com

Resumo

As ocupações de imóveis ociosos são uma alternativa de acesso à moradia de extrema relevância em alguns países, especialmente nas últimas décadas, quando ocorre a intensa mercantilização das cidades e o aumento da especulação imobiliária. De tal forma que podem ser entendidas como resultado tanto da espoliação quanto de ações subversivas e contestatórias realizadas do/pelo trabalhador. Cada local possui uma racionalidade específica, resultante de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Observou-se que, na Europa, as ocupações contêm sentidos múltiplos, para além da questão da moradia, lidando com novas formas de gestão e socialização como alternativas às relações socioeconômicas forjadas no capitalismo. Desta forma, o artigo possui como objeto as ocupações urbanas que possuem projetos políticos definidos. Em termos metodológicos, a pesquisa se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, além de revisão bibliográfica sobre o tema. Espera-se demonstrar que as ocupações ajudam na conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano.

Palavras Chave: Ocupação, imóveis ociosos, necessidades radicais, valor d uso, *squats*.

Abstract

Squatting empty buildings is an alternative access to housing of extreme relevance in some countries, especially in the recent decades, with the intense commercialization of cities and the rise of real estate speculation. About it, the squats can be understood because of both spoliation and subversive actions and or contestatory, made of/by the workers. Each place has a specific rationality, resulting from their social conditions, political, economic and cultural. It was observed that, in Europe, the squats contains multiple senses, in addition to the issue of housing, dealing with new forms of management and socialization as alternatives to socioeconomic relations forged in capitalism. The major concern of this paper is urban occupations that have established political projects. In methodological terms, the research used techniques such as observation of squats in Europe and in Brazil, as well as a review of the literature on the subject. It is expected, with this paper, show that squats are emancipatory spatial practices, and help in raising awareness and empowering people, leading them to demand more than the satisfaction of the "no radical" need to understand that the radical needs are key for human being .

Keywords/Palabras Clave: Squat, empty buildings, radical needs, use value.

INTRODUÇÃO: EXPLANAÇÃO DA PESQUISA

Este artigo surge como um dos frutos do trabalho de pesquisa para o mestrado (e consequente dissertação intitulada “Os diferentes sentidos de se ocupar: experiências brasileiras e europeias”) da autora. A pesquisa se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, busca no portal de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e levantamento bibliográfico sobre o tema, em especial os desenvolvidos por membros do *Squatting Europe Kollektive* (SqEK)². Foram feitas visitas, entre maio e julho de 2014, a quatro experiências de ocupações europeias: *Vall de Can Masdeu*, localizada em Barcelona; *Christiania*, em Copenhague; *Regenbogenfabrik*, em Berlim; e *59 Rivoli*, em Paris. A autora também esteve presente nos momentos de desocupação e de consequente recuperação do Centro Social Autogestionado Can Vies, em Barcelona, no mesmo ano. A pesquisadora ainda pode contar com a participação no encontro anual do SqEK, em maio de 2015, em Barcelona. O workshop internacional teve como tema “Ocupação de casas, centros sociais e espaços de trabalho: workshop de alternativas de autogestão ao capitalismo”³. Na oportunidade a autora apresentou trabalho relacionado à pesquisa da dissertação e pode visitar mais ocupações na cidade, como três bancos ocupados: Ateneu La Porka, El Banc Expropiat de Gràcia e Ateneu L’Entrebanc; a Casa de la Muntanya e voltar ao Vall de Can Masdeu.

Com relação às ocupações no Rio de Janeiro, a autora pode visitar, durante o período de sua pesquisa, duas ocupações do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLML): Mariana Crioula, na Gamboa, e Manoel Congo, na Cinelândia. E, atualmente, atua como parte da assessoria técnica ao mesmo movimento na ocupação Solano Trindade, em Duque de Caxias. Em nenhum caso foram feitas entrevistas pré-planejadas, mas sim diário de campo para todas as situações, além de fotografias.

A partir dessas visitas, encontros e trocas, a pesquisa se delineou para mostrar diferentes as formas e sentidos que estão embutidos no ato de se ocupar um imóvel ocioso – um fenômeno mundial e heterogêneo, mas com características específicas ao contexto urbano local no qual se formaram e desenvolveram. Neste artigo, porém, buscaremos demonstrar os aspectos mais teóricos dessa pesquisa, com intuito de ajudar no entendimento desse movimento social urbano, entendendo que ele se configura como práticas e estratégias alternativas adotadas por grupos sociais, como forma de enfrentamento às políticas neoliberais de mercantilização e privatização do espaço.

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A dinâmica urbana está profundamente associada ao modo de produção capitalista, neste sentido, o capitalismo necessita da urbanização para absorver os produtos excedentes, assim, a urbanização representa um “papel ativo [...] na absorção do produto excedente que os capitalistas estão produzindo perpetuamente em sua busca pela mais-valia” (HARVEY, 2012, pp. 6-7, tradução

² É importante destacar a existência do SqEK, uma rede composta por acadêmicos e ativistas, em sua maioria europeus, que se uniram visando um melhor entendimento da história e do desenvolvimento dos movimentos de ocupação.

³ No original: *Squatting Houses, Social Centers and Workplaces: a workshop on self-managed alternatives to capitalism*.

nossa)⁴. Desta forma, o processo de urbanização pelo qual passamos é uma parte ativa para a obtenção da mais-valia pelos capitalistas, acompanhando uma sucessiva despossessão da grande maioria da população. O capitalismo busca (n)a cidade para resolver os problemas oriundos de suas crises de produção.

Concordamos com Harvey (2012) que a luta anti-capitalista proposta por Marx estaria desatualizada pelo surgimento de uma nova classe trabalhadora – não restrita somente ao operário fabril descrito por Marx, incluindo também a grande parcela de trabalhadores responsáveis pelo funcionamento diário da vida cidadina, além do enorme setor de trabalhadores informais, temporários e liberais, constituídos por “hiperprecarizados”⁵.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. (SANTOS, 2004, p.37)

Da mesma maneira, as ocupações de terras e imóveis – em todas as suas diferentes formas – têm sido essenciais para a perpetuação do modelo urbano capitalista, mesmo que elas sejam uma afronta à propriedade privada. Isto é, “sem a válvula de escape representada por essas saídas ilegais, os pobres urbanos não teriam como sobreviver – e o sistema não seria viável, entrando em colapso” (SOUZA, 2006, p.305). Assim, o mesmo capitalismo que gera essas desigualdades depende das soluções encontradas pela população para continuar a existir.

A atuação dos agentes e suas distintas formas de apropriação do espaço urbano influenciam significativamente nas condições de acesso ao solo (principalmente à moradia) pela população. Enquanto para os diferentes tipos de capital a cidade trata-se de um valor de troca, como forma e/ou produção de mais valia ou renda da terra; para a força de trabalho trata-se de um valor de uso, uma produção para o bem-estar, para a vida. Assim, “o que é valor de uso para um é valor de troca para outro, e cada um concebe o valor de uso diferencialmente” (HARVEY, 1980, p. 142). A lógica do capital imobiliário mercantil é transformar o solo através de inovações e infraestruturas que valorizarem a área, sendo a busca pela distinção a base deste capital. Ou seja, buscam criar novos valores de uso para obter maior valor de troca. Os proprietários também buscam o valor de troca, através da máxima valorização de suas propriedades. Desta forma, a ocupação de imóveis ociosos é uma resposta à desigual distribuição de serviços e recursos no ambiente urbano e também à despossessão.

Na construção do espaço urbano – repleta de intensos conflitos, embates e alianças entre os agentes – é comum observar que alguns agentes buscam maximizar seus lucros, em detrimento da qualidade de vida da população, em especial a de mais baixo nível socioeconômico. Assim, os movimentos de ocupação de imóveis ociosos se configuram como uma alternativa de acesso aos serviços e recursos às populações que, devido à sua baixa renda real, não se apropriam ou usufruem deles. Por exemplo, a ocupação de imóveis para moradia localizados no centro da cidade diminuiria os preços de acessibilidade e de proximidade, possibilitando tanto acesso à uma melhor moradia, quanto à educação, oportunidades de trabalho, o que, por fim, levaria ao aumento da renda real da pessoa. Neste sentido, o solo urbano configura-se como um valor de uso para tais

⁴ “active role [...] in absorbing the surplus product that capitalists are perpetually producing in their search for a surplus value” (HARVEY, 2012, pp. 6-7).

⁵ A respeito ver SOUZA (2008).

movimentos, sendo seus interesses a sobrevivência e reprodução social e também como forma de enfrentamento às políticas neoliberais de mercantilização e de privatização do espaço.

CARÊNCIAS E NECESSIDADES RADICAIS

Segundo Edison Nunes (1989) os movimentos sociais urbanos são “uma forma de reação popular ao surgimento de ‘novas carências’ originadas nas ‘contradições urbanas’, comprometedoras da ‘reprodução da força de trabalho’” (NUNES, 1989, p.67), desta forma, as carências seriam construídas historicamente, de tal forma que o conjunto de carências é entendido por cada pessoa de forma simbólica, de acordo com sua vivência e moral sociais, seus hábitos e normas, de maneira que “a escolha ou preferência por alguma carência faz referência ao sistema de carências, onde se reflete “o modo de viver”.” (NUNES, 1989, p. 84). Desta forma, as necessidades e carências para a reprodução da classe trabalhadora decorrem da luta social local, sendo modificadas constantemente.

Entende-se, então, que as carências na reprodução social são aquelas que podem ser satisfeitas pelo salário, porém, existem carências sociais e intelectuais que variam de acordo com o estado (político, econômico, social e cultural) da sociedade. Estas carências⁶ são, justamente, as “necessidades radicais” analisadas por Agnes Heller (1996).

Neste trabalho não cabe entrar em detalhes acerca da discussão feita por Heller (1996)⁷, apenas que a autora mostra o surgimento e a existência das carências sociais e intelectuais que não podem ser satisfeitas pelo salário e o capital – as necessidades radicais: “son las necesidades que demandan satisfacción cualitativa; [...] constituyen la diferencia, lo único, lo idiosincrásico de la persona singular y también de las comunidades” (HELLER, 1996, p.120).

Essas necessidades, conforme abordado por Nunes (1989), não são necessariamente funcionais para o Capital, mas, por vezes, compõem a gênese de lutas sociais, sendo o núcleo dos movimentos de autogestão, feminista e de transformações no sistema capitalista e de formas de vida (HELLER, 1996). Heller salienta que os movimentos centrados em torno das necessidades radicais ainda são minoritários, porém, buscam transcender e acabar com a subordinação e a hierarquia, pois esta é a única forma de reconhecimento e satisfação de todas as necessidades. Desta forma, os movimentos radicais buscam a exclusão das necessidades que oprimem ou defendem o uso de um indivíduo como simples meio para outro. Lembramos, porém, que esses movimentos também representam as necessidades “não radicais”, aquelas que podem ser satisfeitas na atual sociedade.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E AS OCUPAÇÕES COM PROJETOS POLÍTICOS

Os conflitos sociais, entendidos como a oposição de uma classe ou grupo à ordem social vigente – ou a elementos dela –, são reflexo da própria sociedade, sua história e padrões sócioespaciais.

⁶ Nunes (1989) afirma que a palavra “necessidades” é ambígua em português, denotando “tanto aquilo que tem de ser, como aquilo que alguém sente que precisa” (NUNES, 1989, p. 79) e, por isso, opta por utilizar “carência” em seu texto e traduções. A tradução de Heller (1996), por sua vez, utiliza a palavra necessidade. Aqui entenderemos as duas como sinônimos.

⁷ Para mais detalhes, ver CAMINHA (2015).

Neste sentido, os ativismos e movimentos sociais são parte das respostas dadas às tensões e contradições da sociedade e à ordem estabelecida.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002) afirma que os movimentos sociais resultam daqueles que se negam a permanecer na posição a qual foram submetidos pela ordem e, por isso, se põem em movimento, no sentido de uma busca por mudança de lugar. Assim, os movimentos sociais trazem à luz as contradições da nossa realidade – constituída tanto pelo que é agora como pelo que pode ser, mas está impedido de ser por algum fator – e, por isso, são portadores de uma possível nova ordem social.

Os movimentos sociais, porém, podem possuir caráter progressista ou reacionário, segundo as mudanças (ou permanências) que buscam. Assim, é de extrema importância acrescentar o adjetivo emancipatório quando nos referimos aos movimentos sociais que buscam a diminuição das desigualdades sociais e se opõem a ordem heterônoma vigente (SOUZA, 2010)⁸.

Os movimentos sociais de caráter reacionário ou heterônomo buscam transformações sociais e políticas, porém, em um sentido oposto aos movimentos sociais progressistas ou emancipatórios. Neste sentido, eles se fundamentam em aspectos fascistas e/ou fundamentalistas religiosos e pregam transformações no sentido do sectarismo, segregacionismo e autoritarismo; entre eles podemos destacar o nazi-fascismo, o talibã afegão, o grupo nigeriano Boko Haram, o brasileiro Tradição, Família e Propriedade (TFP), o estadunidense Ku-Klux-Klan e outros movimentos apoiados no WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant*).

Concordamos com Souza (2006) e Ramos (2012) que não é apenas a existência da exploração e desigualdade sociais que geram os ativismos e movimentos sociais⁹, é necessário que as pessoas se conscientizem e os contextualizem segundo suas noções de direitos, sentidos, valores e significados que lhes atribuam. Assim, é necessário o reconhecimento por parte dos homens e mulheres de sua situação social e econômica na ordem vigente para que eles possam atuar – ou, usando as palavras de Porto-Gonçalves (2002), movimentar-se. Não podemos esquecer, porém, que os ativismos (em especial os movimentos) sociais não são apenas resultado, como também podem condicionar a conjuntura presente.

Desta forma, para alguns autores os movimentos como os de sem-teto no Brasil e os de ocupações possuem grande potencial, pois se aproximam de uma efetiva Reforma Urbana e possibilitam mudanças na sociedade, já que são contra os fundamentos da ordem urbana capitalista¹⁰; desta maneira, as ocupações serviriam como meio e não como fim. As ocupações de imóveis ociosos se constituem como um movimento social urbano emancipatório, pois colocam a dinâmica do espaço urbano e da ordem social vigente em questão.

⁸ Martínez (2002) considera como movimentos sociais (MS) apenas as ações que possuem projetos de resistência às dominações globais e que criam novos espaços de autogestão nos âmbitos de produção e reprodução públicos ou privados; de forma que “los MS pueden ser un excelente ejemplo de transversalidad de la participación con altas dosis de resistencia a la dominación” (MARTÍNEZ, 2002, p. 30). Assim, para o autor, todos os movimentos sociais possuem um caráter emancipatório, enquanto as ações com caráter reacionário seriam *contramovimentos*.

⁹ Souza (2006) diferencia ativismo de movimento social, esta discussão não cabe a este artigo, mas é aprofundada em Caminha (2015).

¹⁰ Souza (2006) cita observadores holandeses que afirmam que “o movimento squatter se tornou um movimento social com seu específico papel na luta pela reconstrução da sociedade, especialmente nas grandes cidades” (DRAAISMA e HOOGSTRATEN, 1983, *apud* SOUZA, 2006, p.306, tradução nossa) [No original: “the squatter movement has become a social movement with its own specific role in the struggle for the reconstruction of society, especially in big cities” (DRAAISMA e HOOGSTRATEN, 1983, *apud* SOUZA, 2006, p.306)].

OCUPAÇÕES, OKUPAS, SQUATS, BESETZEN HÄUSE¹¹...

Em seu livro “*Okupaciones de viviendas y de centros sociales*”, Miguel Martínez López (2002) tenta responder a diversas perguntas sobre o movimento okupa espanhol – “o que é?”, “por que surgiu?”, “que relações mantem com outros movimentos?”, “como se organiza?”, “quem o compõe?”. Apesar de sua análise ter como foco as ocupações que desenvolveram *Centros Sociales Okupados Autogestionados* (CSOAs), sua leitura foi essencial para diversas de nossas conclusões sobre os movimentos de ocupação.

Em primeiro lugar, houve uma “evolução” dos movimentos de ocupação: da exclusividade para fim residencial – afinal, “la okupación es la forma más vieja de tenencia en el mundo, y todos somos descendientes de okupas” (WARD, 1980, apud MARTÍNEZ, 2002, p.97) – à constituição de uma ampla rede de ocupações com projetos políticos, como as estudadas neste trabalho. Assim,

El movimiento okupa, por su parte, es el que más continuidad tiene con las demandas urbanas de los movimientos ciudadanos anteriores, elaboradas ahora por una generación más joven que también recoge ideologías comunalistas del movimiento contracultural e ideologías políticas de la izquierda extraparlamentaria (MARTÍNEZ, 2002, p. 127).

As ocupações surgem quando pessoas decidem se apropriar de um espaço abandonado como solução para suas mais distintas necessidades: moradia, trabalho, lazer, criatividade e lutas política e social. A reapropriação é a forma de se conseguir um bem que deveria ser socializado e gratuito: a casa¹²; por isso, a ocupação é, no mínimo, uma boa resposta.

A reapropriação por meio das ocupações políticas vem acompanhada pela transformação dos modos de vida, uma busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada e à maior importância ao valor de uso do que ao valor de troca. Ademais, as práticas das ocupações possuem um caráter transversal, pois se constituem tanto como oposição direta à desigualdade social resultante da distribuição da propriedade privada, quanto oposição indireta em distintos níveis sociais, através da autogestão, da solidariedade, da crítica à repressão etc. Ainda,

Las okupaciones son parte de una lucha política al margen del sistema institucional, entendiendo que es política porque se ejerce algún tipo de relaciones de poder [...]. Su sentido político es emancipatorio en la medida en que plantea una resistencia genérica a la dominación [...]. Que podamos valorar este sentido ideológico general como emancipatorio o progresista no significa que exista siempre una unánime comprensión de las dimensiones de la dominación social existente (MARTÍNEZ, 2002, p. 203).

As ocupações de imóveis urbanos ociosos referem-se a um fenômeno urbano heterogêneo mundial, porém específico ao contexto local no qual surge e se desenvolve. Neste sentido, existe uma variedade de tipos ou formas de ocupação, mas todas com intuito de responder às demandas decorrentes de problemas urbanos. Após uma longa pesquisa na Europa, Hans Pruijt (2013)

¹¹ Ressaltamos que algumas vezes poderemos utilizar as palavras estrangeiras referentes ao universo das ocupações, por isso um breve glossário segue: em inglês, *squat* significa ocupação, *squatting* é ocupar e *squatter* se refere ao ocupante (quem ocupa); em espanhol se utiliza a letra “k” no lugar de “c” e “q” como forma de protesto e de inconformidade, assim, ocupar é escrito como *okupar*, ao passo que uma ocupação pode ser designada como *okupación* ou como *okupa* (que também pode se referir ao próprio ocupante); e *Besetzen Häuse* é a forma alemã de se referir aos imóveis ocupados.

¹² “Casa” em um sentido mais amplo que habitação, servindo para diversas funções, como as expostas anteriormente.

propôs uma divisão das ocupações, de acordo com os projetos desenvolvidos por elas. Assim, teríamos as seguintes configurações:

1. Ocupação por privação (*Deprivation-based squatting*) – esta configuração surge em decorrência da pobreza, sendo a ocupação a única forma de acesso à moradia para a pessoa. Não busca mudanças estruturais, apenas alternativas de acesso à habitação, sendo, portanto, a ocupação o próprio fim.
2. Ocupação como estratégia de habitação alternativa (*Squatting as an alternative housing strategy*) – ao contrário da configuração anterior, os ocupantes desta não possuem necessidade urgente de moradia e podem pertencer a classes sociais mais altas, como artistas e estudantes. A ocupação se apresenta como estratégia de habitação alternativa por possibilitar à pessoa viver da melhor forma que lhe interessar, seguindo suas próprias vontades e não as impostas pela sociedade.
3. Ocupação empresarial (*Entrepreneurial squatting*) – a ocupação aparece como uma oportunidade de criar estabelecimentos culturais e/ou econômicos sem a necessidade de obter grandes recursos e de adentrar na burocracia. Pode assumir uma identidade contracultural ou não.
4. Ocupação conservacionista (*Conservational squatting*) – a ocupação trata-se de uma tática para a preservação/conservação de determinada área ou paisagem urbana. O objetivo é impedir o desenvolvimento de uma nova função à área, que possa causar a gentrificação. Assim, a ocupação trata-se do meio para um fim.
5. Ocupação política (*Political squatting*) – possui lógica diferente das demais configurações, tratando-se de uma forma de confrontar o Estado, estando os ocupantes ligados a lutas anti-sistêmicas. A ocupação também se trata de um meio para um fim, não sendo o objetivo em si. Conforme salienta o autor, a nomeação de uma configuração como política não significa que as demais sejam apolíticas. Pruijt (2013) explica que a separação desta configuração das outras resulta da lógica própria que esta possui: a motivação política e anti-sistêmica. Frisamos, porém, que toda ocupação é social e política.

É importante ressaltar que as configurações designam projetos de ocupação, oriundos das demandas coletivas, mas um mesmo edifício pode abrigar diferentes projetos. Da mesma forma, a tipologia é maleável, no sentido de que uma ocupação pode se iniciar com determinado projeto – adequando-se, portanto a determinada configuração classificatória – mas se modificar ao longo do tempo, agregando novas ideias e aspectos, podendo, então, se inserir em outra configuração. As configurações apontam para diferentes possibilidades de combinação entre autoajuda e/ou ação coletiva, alternativa e protesto contra a mercantilização da cidade.

As ocupações se caracterizam por serem de longo prazo, pois a intenção é que ela dure o máximo de tempo possível, mesmo que com diferentes pessoas e projetos. Desta forma, diferenciamos as ocupações a serem estudadas neste trabalho das ocupações demonstrativas (*demonstrative occupations*), com intuito de alertar a sociedade e governo, através da mídia, para algum problema ou questão – seja ela econômica, social, política ou cultural. Estas ocupações são comuns no Brasil, sendo muitas vezes organizadas por movimentos sociais de moradia, com objetivo de chamar atenção para o *déficit* habitacional e a ociosidade de imóveis.

As ocupações de imóveis ociosos também se diferenciam dos movimentos de ocupação de praças e ruas a partir da crise de 2008 na Europa e nos Estados Unidos: os *occupies*. O próprio substantivo que designa cada um dos movimentos, *squat* e *occupy* (em inglês), já mostra diferenciação entre eles. Porém, os movimentos *occupy* (conhecido como 15M na Espanha) e *squatter* estão ligados, sendo diversas as manifestações de apoio mútuo, como o caso do 15M e diversos okupas.

Em comparação com outros movimentos sociais urbanos, as ocupações não mobilizam grande número de pessoas; sua relevância decorre de sua relação com outros movimentos e com os problemas-chave do contexto social capitalista, motivo pelo qual é importante seu estudo.

Neste sentido, não se pode definir os movimentos de ocupação como ações de jovens ou como ações ilegais isoladas em busca de moradia, como é comum ocorrer no imaginário conservador europeu. Trata-se de um movimento urbano, durável e com conflitos com a ordem política e econômica dominante; são movimentos locais que se referem também a uma parcela dos conflitos urbanos existentes. Assim, concordamos com a abordagem adotada pelo SqEK e buscamos nos afastar de análises simplistas que se concentram na natureza criminal de violação a propriedade privada, na existência de um estilo de vida (ou tribo) próprio(a) dos ativistas e na natureza “juvenil” dos movimentos – comum aos movimentos europeus (MARTÍNEZ, 2013).

O argumento principal dos movimentos de ocupação é a falta de legitimidade da ação de deixar propriedades privadas abandonadas, já que elas poderiam estar sendo utilizadas de alguma forma, possuindo, então, uma função. Argumentam, então, que o direito de uso deve ser prioritário à defesa da propriedade privada como valor de troca. Porém, as ocupações vão além desse problema e criticam, também, a especulação do sistema capitalista, entendendo a especulação urbana apenas como uma de suas expressões.

Em geral, os movimentos de ocupação possuem uma abordagem de “esquerda radical” – muitos de seus ativistas declaram-se comunistas ou anarquistas – e possibilitam inovações nas áreas política e social da contracultura¹³. Neste sentido, observa-se que as ocupações podem ter seu poder ampliado quando articuladas a outras práticas anticapitalistas, como os movimentos de alterglobalização¹⁴ (CATTANEO; MARTÍNEZ, 2014). Este aspecto pode significar uma forma de melhor atender às necessidades radicais, conforme entendidas por Heller (1996).

As ocupações seriam, então, anticapitalistas? Características comuns a diversas ocupações nos dizem que sim: ausência de relações sociais baseadas na exploração do trabalho; organização interna horizontal; crítica à relação dominante entre as necessidades de sobrevivência e a maneira como devem ser satisfeitas; além, é claro, da utilização do estoque de imóveis vazios – o motivo da existência das ocupações –, que é considerada uma grande afronta à propriedade privada. Neste sentido, “ocupar é uma negação à dominação existente” (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.239, tradução nossa¹⁵), ou seja, as ocupações caracterizam-se por ser a negação das formas de dominação existentes: política, econômica, social, cultural. Alguns efeitos das ocupações são: o

¹³ Não negamos, porém, a existência de ocupações com caráter reacionário e/ou nazi-facista, como o caso do franquista *Hogar Social Ramiro Ledesma*, em Madrid, que alega defender as famílias vítimas de despejos, porém, somente se forem espanholas. Os confrontos e ataques entre essas ocupações e as de caráter esquerdistas são frequentes.

¹⁴ Não confundir “alterglobalização” com “antiglobalização”, esta última indica somente a oposição aos aspectos liberais da globalização. A alterglobalização, por sua vez, além de significar o protesto contra as consequências negativas da globalização neoliberal – nas áreas de economia, política, cultura, social e ecológica – não se opõe à globalização em si, busca alternativas ao paradigma neoliberal e sua atual globalização, sendo sua maior expressão o lema “um outro mundo é possível”.

¹⁵ “squatting is a negation of already existing domination” (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.239).

retorno às origens pré-capitalistas – no sentido de morar e trabalhar no mesmo lugar e ter relações econômicas baseadas no escambo; a luta contra a especulação; a elaboração de alternativas à utilização de dinheiro – não pagamento de aluguel, prática da economia de escala (coletivo ao invés do individual) e do “faça você mesmo” (*do-it-yourself*).

Cattaneo (2013) levanta a hipótese de que a visão política adotada pelos okupas demonstra que buscam se contrapor e combater as formas de controle capitalista, atingindo, assim, sua autonomia. Podemos associá-la ao conceito de *oikonomy*, entendido como um meio para um fim: a necessidade e satisfação de uma boa vida, na qual o dinheiro pode ser útil, mas não é necessário para alcançá-la.

É importante lembrar que as ocupações estão diretamente relacionadas à manutenção do sistema de desperdício capitalista. Neste sentido, as ocupações urbanas praticam o sistema *oikonomy*, pois aproveitam os “restos” da sociedade capitalista (os imóveis vazios e abandonados), aumentando o ciclo de vida de produtos artificiais. As ocupações rurais, por sua vez, são ecológicas também por produzirem seus próprios alimentos e consumirem menos, de tal forma que, os movimentos de ocupação buscam criar um sistema parcialmente independente do sistema financeiro capitalista. Assim, a sustentabilidade da experiência de ocupar está conectada à existência de um sistema de desperdício.

A relação entre as ocupações e o Estado não pode ser desconsiderada, já que ele está envolvido na produção de espaços suscetíveis à ocupação, além de atuar fortemente na defesa da propriedade privada e na repressão a alternativas de estilos de vida contrários ao capitalismo. Neste sentido, uma ocupação pode ser considerada ilegal pelo Estado, mas não pela sociedade; afinal, as ocupações são uma reação criativa ao capitalismo, um experimento e inovação, e sua legitimidade ou ilegitimidade depende da natureza de quem julga. Assim, as atividades desenvolvidas na e pela ocupação devem ser coerentes com o tipo de antagonismo que ela pretende alcançar. As práticas desenvolvidas, as redes de conexão social e o equilíbrio com as relações de poder local (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014) são fundamentais para que as ocupações obtenham legitimidade frente à sociedade.

OCUPAÇÃO POR PRIVAÇÃO, A FORMA MAIS COMUM DE SE OKUPAR

Segundo Pruijt (2013), ocupação por privação (*deprivation-based squatting*) é a configuração de ocupação mais antiga e envolve pessoas pobres e que possuem sérios problemas em relação à moradia – indo além da necessidade apenas de um teto e quatro paredes – sendo composta por pessoas que não possuem outra opção de moradia que não os abrigos para sem-teto. Assim, a demanda central é a busca por alternativas de habitação, no sentido de que “esta configuração não envolve uma mudança estrutural, em vez disso, se concentra em ajudar os ocupantes a obterem (temporariamente) aluguéis ou alojamentos alternativos” (PRUIJT, 2013, p.23, tradução nossa)¹⁶.

A quantidade de ocupações pode ser relacionada aos momentos mais críticos da economia de um local, quando há aumento de desemprego e do preço da moradia, além de processos de gentrificação, renovação urbana e reestruturação industrial. Esta configuração de ocupações existe em diferentes países, sendo importante parte da configuração sócio-espacial de das nossas

¹⁶ “in this configuration does not involve structural change, but instead focuses on helping the squatters to obtain (temporary) leases or alternative accommodation” (PRUIJT, 2013, p.23).

idades. Por vezes, porém, são menos conhecidas e noticiadas, até mesmo pelo próprio interesse dos ocupantes, como casos franceses discutidos por Bouillon (2010), nos quais os ocupantes preferem manter-se “invisíveis” para aumentar a chance de permanecer no local ocupado. Segundo Thomas Aguilera (2013), existem cerca de 1800 ocupações “invisíveis” na região de Paris, sendo 1200 em edifícios privados.

Ocupações por privação são habitações características de imigrantes – em especial os ilegais – na Europa, pois esta é a única forma de sobrevivência encontrada por eles. Assim, diante da atual conjuntura europeia de crise e crescente número de imigrações – em especial de sírios – podemos supor que a quantidade de ocupações irá aumentar em diversos países. A crescente importância da relação entre imigrantes e ocupação pode também ser demonstrada pela criação de uma sessão especial no *workshop* do SqEK sobre o tema, realizada na tarde de 22 de maio de 2015.

Como dito, o número de ocupações está relacionado com os momentos mais críticos da economia, como o caso de pós-guerras, e diversas cidades foram construídas a partir de squats. É neste contexto que se insere o caso de Varsóvia, capital da Polônia: segundo ativistas da ocupação Syrena (informação verbal¹⁷), a primeira onda de ocupações em Varsóvia ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. Salientamos, porém, que a privação naquele momento é diferente da discutida aqui, porém optamos por retratá-la pela importância que os ocupantes atuais de Varsóvia dão àquele momento: a cidade estava completamente em ruínas: calcula-se que a cidade perdeu cerca de 85% de sua arquitetura, sendo 90% dos monumentos históricos e da infraestrutura industrial e 72% dos edifícios residenciais destruídos; e a população, que antes da Guerra passava de 1 milhão, era de apenas alguns milhares. O governo soviético chegou até mesmo em cogitar montar uma nova capital para o país, porém, houve um fluxo intenso de pessoas (antigos residentes e pessoas que haviam sido deslocadas) de volta para a cidade, que foi responsável por reconstruir o centro urbano, através da ocupação das ruínas. Assim, os atuais *okupas* de Varsóvia vêem este momento como crucial para entender o movimento de ocupações em seu país.

Alguns aspectos desta configuração devem ser ressaltados: em primeiro lugar, a escolha dos edifícios é essencial para o sucesso da ocupação. Assim, buscam-se imóveis cujos donos possuam “obrigação moral” perante a população – como o Estado e a Igreja. Conforme salienta Pruijt (2013), as necessidades dos sem-teto são opostas à burocracia e insensibilidade públicas estatais, assim, o respeito exigido por eles deveria ser de fácil aceitação por parte da sociedade. Porém, por vezes, não há aceitação por parte da classe média e nem mesmo pelas classes populares – por exemplo, no Brasil é comum designar ocupantes como aproveitadores e/ou vagabundos.

Em segundo, um dos principais pontos desta configuração é a diferenciação entre ocupantes e ativistas que, por vezes, não são os que ocupam os imóveis – como, por exemplo, o caso das organizações *Jeudi Noir* e *Droit au Logement* (DAL), na França, citadas por Aguilera (2013).

O ato de ocupar não pode fornecer moradia para todos e não é capaz de desafiar todo o sistema capitalista, mas pode ajudar à alguns excluídos pelo capitalismo e àqueles que desejam mudar o sistema através do envolvimento em uma forma alternativa de vida, campanhas políticas, outro movimento

¹⁷ Obtida em fala durante o *workshop* do SqEK, em 21 de maio de 2015.

social e assim por diante. (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.51, tradução nossa)¹⁸.

É neste sentido que podemos entender as ocupações sob três aspectos: crítica às políticas urbanas, ferramenta para pedir um teto e estratégia de sobrevivência sem apoio público (AGUILERA, 2013).

Por fim, um dos maiores problemas é a fácil cooptação dos ocupantes pelo Estado e outras organizações que facilitem a não-permanência no edifício ocupado. Neste sentido, um intenso trabalho de formação e educação política dos ocupantes se faz necessário para a manutenção e desenvolvimento da ocupação.

OCUPAÇÕES EMPRESARIAIS, UMA ALTERNATIVA À BUROCRACIA E ÀS AUSÊNCIAS

A ocupação de imóveis vazios possibilita a criação de estabelecimentos (comerciais ou não) sem a necessidade de recorrer à burocracia governamental e a grandes quantidades de dinheiro. Apesar de o fator habitacional estar presente, este não se constitui como o objetivo principal dessas ocupações, o que as aproxima da configuração de *entrepreneurial squatting*, conforme classificada por Pruijt (2013). Existem ocupações que se transformaram em bar, discoteca, galeria de arte e livraria; mas os estabelecimentos mais comuns neste tipo de ocupações são os centros sociais.

Muitos CSOAs são decorrentes da pequena quantidade (ou inexistência) de espaços públicos de sociabilidade¹⁹. Atualmente, a ocupação é parte estratégica de diversos centros sociais, com intuito de mostrar a dificuldade de acesso a bens por parte da população, além do desperdício e a especulação decorrentes do sistema capitalista.

A variedade de CSOAs é grande, sendo alguns concentrados apenas em atividades festivas, outros no desenvolvimento de atividades para e com a vizinhança, outros interessados em ampliar práticas/ações ainda marginais e ainda outros mais ligados a novas formas de sustentabilidade ecológica e econômica. Apesar dessa diversidade, Mudu (2013) apresenta algumas características comuns aos centros sociais²⁰: adoção da nomenclatura CSOA ou CSA (Centro Social Autogestionado); autogestão e produção de eventos sociais, políticos e culturais, por meio de encontros abertos; financiamento por meio de produtos vendidos (a baixo preço) nos eventos organizados, resultantes de produção voluntária; formação de uma rede baseada nas similaridades políticas.

Segundo Martínez (2013), a ocupação de imóveis vazios como forma de moradia sempre foi uma das formas de atuação dos okupas, porém sua força e notoriedade cresceram a partir do estabelecimento de CSOAs, quando a função residencial tornou-se integrada a novas atividades, ligadas aos aspectos político, produtivo e de contracultura. A partir de então, os movimentos de ocupação começaram a estabelecer alianças com outros movimentos sociais existentes, e se

¹⁸ "Squatting cannot provide housing for all and it is not able to challenge the whole capitalist system, but it can serve to help some of those excluded by capitalism and those who wish to change the system by their involvement in an alternative way of living, political campaigns, other social movement and so on" (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.51).

¹⁹ Este aspecto foi levantado por diversas pessoas, inclusive idosos, entrevistados pela mídia que cobriu o despejo e manifestações decorrentes do Centro Social Autogestionado (CSA) *Can Vies*, em Barcelona, em junho de 2014.

²⁰ Mudu (2013) se detem apenas no caso de centros sociais na Itália, porém as características que estabelece não são exclusivas deste país. A autora pôde observar essas características no CSA *Can Vies* e nos bancos expropriados *Ateneu La Porka*, *El Banc Expropiat de Gràcia* e *Ateneu L'Entrebanc*.

iniciou um maior envolvimento dos okupas com as dimensões local e global. Neste sentido, as ocupações relacionadas a ações de contracultura possuiriam maior vocação para escala global do que as ocupações para a moradia²¹. Os CSOAs também ajudam a aumentar a rede de conexões de ativistas, pois possuem uma capacidade maior de incluir uma variedade de atores e de diminuir o preconceito sobre as ocupações.

Como exemplos desses CSOs podemos citar os bancos expropriados que surgiram a partir de 2011 em Barcelona: tratam-se de centros sociais okupados em antigas agências bancárias. Como os demais tipos de ocupações, não é possível afirmar que todos os bancos ocupados possuem as mesmas características, mas algumas em comum puderam ser observadas pela autora em suas visitas: o caráter libertário dos CSOs, o convívio amigável com vizinhos e outros movimentos sociais (desta forma, os bancos expropriados tornaram-se pontos de encontro para diversas redes de assembleias, cooperativas e grupos sociais), além de diversas atividades desenvolvidas em comum (entre elas destacamos: oficinas de idiomas, de dança e teatro; loja de roupas e livros gratuitos; biblioteca social; ajuda a pessoas que queiram okupar). Desta forma, os bancos expropriados compõem ocupações que buscam atender as necessidades radicais da sociedade, através de uma organização horizontal autogestionada, as lutas contra a mercantilização da cidade e da submissão do valor de uso ao valor de troca.

OCUPAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE HABITAÇÃO ALTERNATIVA, OU VIVER COMO SE QUER

Uma das configurações propostas por Puij (2013) é a de ocupação como estratégia de habitação alternativa (*squatting as an alternative housing strategy*), que se diferencia da ocupação por privação (*deprivation-based squatting*) por ser menos restritiva em termos da origem dos ocupantes. Assim, essa configuração não é exclusiva de pessoas pobres e com necessidades habitacionais, abrigando pessoas sem necessidade urgente de moradia, como estudantes, artistas e classe média. A principal diferença, porém, está no fato da ocupação como estratégia de habitação alternativa possibilitar à pessoa viver da melhor forma que lhe interessa. Diante disso, os ocupantes não se apresentam como pessoas que necessitam de ajuda, mas sim como orgulhosos de arrumar uma solução própria para a habitação.

Essa configuração pode apresentar problemas de legitimidade justamente pela ausência de urgência da moradia, podendo haver conflitos com os “verdadeiros” necessitados²². Neste sentido, os ocupantes buscam imóveis que não apresentam possibilidades de serem projetos habitacionais, como grandes edifícios sem divisões em apartamentos – caso de antigas fábricas e hospitais – mas que ainda possibilitem a vida coletiva e, por isso, são ocupados.

De nossa perspectiva, o *Vall de Can Masdeu* se enquadra nessa categoria, segundo o *site* do coletivo, trata-se de “um ato de desobediência criativa ao mundo do dinheiro, da fumaça e das ordenanças do ruído e da velocidade. Uma proposta de cooperação coletiva e da convivência entre gerações aos pés de *Collserola* e com raízes em *Nou Barris*” (VALL DE CAN MASDEU, Qui

²¹ Martínez (2013) apresenta uma série de eventos e manifestações organizadas por CSOAs espanhóis nas últimas décadas em apoio a movimentos alterglobalistas não só na Espanha como em todo o mundo, demonstrando a dimensão global dos centros.

²² Vale ressaltar que para Heller (1996) nenhuma carência pode ser considerada falsa ou irreal, a não ser as que dependam do uso de um homem como meio para outro, por isso utilizamos as aspas.

Som, tradução nossa)²³. *Can Masdeu* conta com cinco projetos: vida comunitária, assembleia de Hortos Comunitários, *Punt d'Interacció de Collserola* (PIC) – ou Ponto de Interação de Collserola –, visitas de educação agroecológica e projetos de permacultura. Atualmente, devido à falta de espaço para maior número de moradores, apenas 30 pessoas vivem no local, dentre as quais cinco são crianças²⁴. Os projetos ali desenvolvidos, contudo, atraem centenas de pessoas durante a semana, além de visitantes para as atividades e visitas guiadas aos domingos. O *Can Masdeu* busca a autonomia e a autogestão, que possibilitariam a tomada de decisões próprias sem o envolvimento com as dinâmicas socioeconômicas vigentes. Através de um intercâmbio cada vez maior dentro das redes de economia solidária, buscam autonomia, mas não autossuficiência, com intuito de transformar o sistema a partir de uma forma de lutar coerente com sua maneira de viver. O grupo ainda afirma que acredita na propriedade de uso mais do que na propriedade privada; assim, possuem diversos recursos em comum, desde ferramentas, livros e computadores a móveis, cozinhas, dispensas, lavanderias e carros.

OCUPAÇÃO CONSERVACIONISTA, UMA FORMA DE PARAR O CAPITAL

As ocupações conservacionistas (*conservational squatting*) utilizam-se da tática de ocupação para a preservação de uma paisagem urbana, sendo o objetivo impedir a transformação de determinada área – lembrando que a dinâmica das ocupações estão em compasso com os momentos de crise e “auge” urbano, estando ligada às mudanças de estratégias do capital imobiliário, como, por exemplo, a renovação urbana²⁵. Esta configuração também pode ajudar a interromper ou prevenir o processo de gentrificação²⁶, já que busca preservar a função da área.

Em 1981, antigas instalações fabris e um bloco adjacente de 18 casas foram ocupadas por cerca de 50 pessoas, no bairro de Kreuzberg, com o nome de *Regenbogenfabrik* – ou Fábrica Arco-Íris. O objetivo era barrar a expansão imobiliária para aquela área, que levaria à demolição do conjunto para a construção de um edifício moderno, segundo informação disponível no site da ocupação. Esta proposta aproximava-se, assim, da configuração de ocupação conservacionista, descrita por Hans Pruijt, apesar de hoje o squat ir para além deste aspecto. À ocupação do conjunto seguiu-se a recuperação dos edifícios e a implantação de uma creche, um centro cultural e moradias. Atualmente o complexo, também conta com um café-restaurant, oficinas de bicicleta e de madeira, cinema e um albergue – com preços mais acessíveis que os do restante da cidade.

A *Regenbogenfabrik* se iniciou como uma maneira de se conservar um espaço que estava prestes a ser “engolido” pelo capital imobiliário. A ocupação atende diretamente às necessidades habitacionais, já que os preços dos imóveis em Berlim têm aumentado muito nos últimos anos²⁷.

²³ “Un acte de desobediència creativa al món dels diners, del fum i les ordenances, del soroll i la velocitat. Una proposta de cooperació col·lectiva i convivència entre generacions als peus de Collserola i amb les arrels a Nou Barris” (VALL DE CAN MASDEU, Qui Som).

²⁴ Nem todas as pessoas moram no edifício principal, algumas construíram anexos ao edifício ou suas próprias casas no terreno, através de materiais reciclados e naturais.

²⁵ Segundo Holm; Kuhn (2013), na Berlim dos anos 1980, os proprietários e imobiliárias abandonavam os imóveis na esperança de que fossem incluídos em projetos de renovação – ou seja, que fossem demolidos, reformados ou modernizados com fundos estatais – para, posteriormente, aumentar o valor dos aluguéis.

²⁶ A gentrificação se caracteriza pela expulsão da população de baixa renda e a atração da classe média para determinadas localidades, que adquirem novas formas e funções, em decorrência de projetos de requalificação ou revitalização (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

²⁷ Em trabalho apresentado no workshop do SqEK, em 21 de maio de 2015, Andrej Holm apresentou dados que demonstram que sites de aluguel por temporada – como o *Airbnb* –, em conjunto com outros fatores, são responsáveis

Porém, hoje podemos entendê-la como uma forma alternativa de habitação, no sentido de que dezenas de pessoas vivem de forma coletiva e autogestionada, o que demonstra uma tentativa em suprir as necessidades mais radicais dos seres humanos.

UMA OBSERVAÇÃO SOBRE A OCUPAÇÃO MANOEL CONGO E O MNLM

O maior problema enfrentado pela autora foi adequar as configurações propostas por Pruijt (2013) à realidade brasileira e como incluir a ocupação Manoel Congo nessa tipologia. Afinal, a tipologia apresentada faz parte de um contexto cultural, social, econômico e político determinado, o europeu, que difere muito do contexto brasileiro. Sabemos que a tipologia dessas configurações não é exaustiva e que uma ocupação pode pertencer a mais de uma configuração. Em sua pesquisa, porém, a autora optou por enquadrar cada ocupação abordada na configuração que melhor atendesse às suas características, com exceção da Manoel Congo, que é tratada à parte, inserida no contexto habitacional brasileiro e dialogando com as configurações de Pruijt.

O acesso à terra é uma das principais barreiras relacionadas ao problema habitacional brasileiro. Desta forma, diversos movimentos sociais colocam a moradia nas áreas centrais das cidades como sua bandeira. Afinal, essas áreas são consolidadas e possuem, em geral, uma eficiente infraestrutura, além de mais fácil acesso a empregos e serviços. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) atua no Rio de Janeiro por meio da ocupação de imóveis ociosos, como o caso da ocupação Manoel Congo, localizada no tradicional centro político, comercial, cultural e de serviços da cidade. Estabelecida em 2007, a Manoel Congo vai além de uma forma de conquistar moradia; constitui-se também como um ato contestatório à tradição estatal de construir projetos de habitação popular em áreas periféricas e/ou sem infraestrutura, um ato político de apropriação de um espaço sob controle dos interesses das classes dominantes e de demonstração da desigualdade de acesso à cidade. Atualmente a ocupação encontra-se em fase de finalização das obras de reforma, iniciadas em 2014 com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades.

A escolha pelo imóvel a ser ocupado passa pelo levantamento de diferentes locais para garantir a viabilidade da ocupação, levando-se em consideração algumas variáveis como a localização, o uso social, as condições de transformação daquela ocupação em moradia e o acesso a serviços essenciais. A localização central é de extrema importância por favorecer muitos destes critérios, pois possibilita o acesso a uma diversidade de equipamentos, sejam eles comerciais, culturais, educacionais, de saúde e de locomoção.

O MNLM do Rio de Janeiro possui como projeto político a desmercantilização da cidade, a moradia digna e a autosustentação econômica. Os dois primeiros objetivos podem ser alcançados pelas ocupações de imóveis vazios em áreas centrais urbanizadas. Desta forma, os ativistas denunciam o não cumprimento da função social da propriedade, além de questionarem a exclusão sócio territorial dos mais pobres, que ocorre pelo conjunto de ausências sofridas (de políticas fundiárias e habitacionais que os privilegiem) e da prioridade do valor de uso da moradia e da cidade. O terceiro objetivo se realiza pela criação de cooperativas de trabalho e produção.

No caso do Rio de Janeiro, a cooperativa de trabalho foi criada após o entendimento, por parte do MNLM, de que o acesso apenas a uma moradia digna não seria suficiente para tirar as famílias de

pela gentrificação e o aumento dos preços de aluguéis, já que é mais interessante alugar para turistas do que para habitantes da própria cidade. A mesma situação ocorre em Barcelona, segundo ativistas okupas.

sua pobreza e segregação social, além de não garantir o direito à cidade. Assim, a cooperativa busca associar o acesso à moradia ao processo de geração de renda, ampliando, então, o projeto do campo de reprodução social para o de produção – o trabalho. A Cooperativa de Trabalho e Moradia Liga Urbana foi criada em outubro de 2012, com sede na ocupação Manoel Congo, e possui como objetivos organizar o trabalho e a produção dos trabalhadores do MNLM.

Assim, busca, a partir da autogestão, a sustentabilidade dos projetos de habitação do MNLM, por meio da contratação dos serviços, de assistência e capacitação dos cooperantes, além de relações de trabalho e produção que sejam centradas no ser humano, na solidariedade e na apropriação coletiva da mais-valia, sendo seu intuito maior construir um modelo econômico alternativo ao capitalista. Diante disso, podemos aproximar o MNLM dos movimentos “radicais” apresentados por Heller (1996), já que tentam não só resolver as carências “não radicais”, mas também as radicais, por meio da autogestão e da busca pelo fim do sistema capitalista.

EM UMA TENTATIVA DE CONCLUIR...

Primeiramente, as ocupações não são problemas urbanos e sim tentativas de solucioná-los. Sendo o capitalismo a dominação de um sistema econômico específico sobre toda a sociedade, onde o valor de troca supera o valor de uso, as desigualdades sociais e a existência de uma classe de hiperprecarizados são necessárias para a continuidade do sistema. Neste sentido, o ato de okupar é uma interferência direta nas operações capitalistas de acumulação e nas regras do mercado habitacional e urbano. Sendo assim, podemos entender as ocupações como um grande símbolo de oposição aos problemas causados pela distribuição desigual das riquezas e da especulação urbana desenfreada.

Quanto mais as pessoas compreendem a lógica deste sistema, mais elas irão ver a especulação habitacional precarizando o seu acesso à moradia adequada. Sob a alegação de moradia como um direito, há um grande potencial para ganhar o apoio das massas. Uma vez que o argumento entrou no imaginário coletivo, a (re)apropriação de edifícios vagos tornou-se um próximo passo lógico e defensável (MAYER, 2013, p.6, tradução nossa)²⁸.

Afirmamos, então, que uma das maiores necessidades atuais para os okupas de todo o mundo é expandir o conhecimento acerca das ocupações, com intuito de diminuir o preconceito existente e, por fim, aumentar o apoio e adesão aos seus movimentos. Desta forma, podem surgir redes espaciais, de solidariedade e de articulação.

Esperamos que a partir do exposto esteja claro que as ocupações podem significar práticas espaciais emancipatórias. Ademais, acreditamos que as ocupações podem ajudar a conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo, então, que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano, a partir das características de transgressão, contra hegemonia, contracultura e imaginação que podem ser observadas nas práticas internas dos movimentos de ocupação. Lembramos, ainda, que, ao contrário do que muitos supõem, as ocupações não são

²⁸ “The more people comprehend the logic of this system the more they see housing being speculated upon while their own access to adequate shelter becomes precarious. Claiming housing as a right has a great potential to win mass support. Once that argument has entered the collective imagination (re)appropriating vacant buildings becomes a logical and defensible next step” (MAYER, 2013, p.6).

essencialmente ilegais, pois possuem amparo legal em diversos países. Porém, os ocupantes devem estar cientes de que sua luta também incluirá uma disputa jurídica e institucional, em especial em torno da determinação da função social da propriedade urbana.

Por fim, acreditamos que a ocupação de um imóvel ocioso é uma resposta direta ao fracasso do capitalismo e do estado de bem-estar, que não foram capazes de suprir as carências – sejam elas radicais ou não – da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Thomas. Configurations of squats in Paris and the Ile-de-France Region. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.209-230.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 21-57
- BOUILLON, Florence. **Le squat: problème social ou lieu d’émancipation?**. Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2010.
- CAMINHA, Julia Vilela. **Os diferentes sentidos de se ocupar: experiências brasileiras e europeias**. 2015. 120f. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CATTANEO, Claudio. Urban squatting, rural squatting and the ecological-economic perspective. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.139-160.
- CATTANEO, Claudio; MARTÍNEZ, Miguel A.. Introduction: Squatting as an Alternative to Capitalism. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). **Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism**. Londres: Pluto Press, 2014. Pp. 1-25.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.
- HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.
- HOLM, Andrej; KUHN, Armin. Squatting And Urban Renewal. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 161-184.
- MARTÍNEZ, Miguel A.. **Okupaciones de Viviendas y Centros Sociales: Autogestion, Contracultura y Conflictos Urbanos**. Barcelona: Virus, 2002.
- MARTÍNEZ, Miguel A. Squatters’ Movement in Spain. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 113-138.
- MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Conclusions. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). **Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism**. Londres: Pluto Press, 2014. Pp. 237-249.
- MAYER, Margit. Preface. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 1-10.
- MUDU, Pierpaolo. Resisting and Challenging Neoliberalism: In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.61-88.

NUNES, Edison. **Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos**. Lua Nova, São Paulo, n. 17, Jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200005&lng=en&rm=iso>. Acesso 14 jul. 2015.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **As barricadas do hiperpreariado urbano**: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2012. 546 f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora**: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: Formas espaciais e política(s) urbana(s). **Cidades**: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 7, n. 11. Presidente Prudente: Ed. Expressão Popular, 2010. Pp. 13-48.